



Governança Climática e Responsabilidade Estatal no Brasil: desafios para a efetividade das políticas públicas ambientais no cenário pós-COP 30

Autor(res)

Marcos Paulo Andrade Bianchini
Mateus Amorim Rocha

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

A crescente intensificação das mudanças climáticas tem impulsionado o debate jurídico acerca da responsabilidade estatal na formulação e implementação de políticas públicas ambientais eficazes. No cenário pós-COP 30, realizada no Brasil, observa-se a necessidade de fortalecer a governança climática nacional, garantindo o cumprimento dos compromissos internacionais assumidos pelo país, especialmente no âmbito do Acordo de Paris. Nesse contexto, o Direito Ambiental e o Direito Constitucional assumem papel fundamental na consolidação de mecanismos normativos capazes de assegurar a proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, direito fundamental previsto na Constituição Federal de 1988. Assim, torna-se relevante analisar os desafios jurídicos relacionados à efetividade das políticas climáticas brasileiras.

Objetivo

Analisar a responsabilidade estatal na implementação de políticas públicas ambientais no Brasil, destacando os desafios jurídicos e institucionais para a efetividade da governança climática no cenário pós-COP 30.

Material e Métodos

O presente estudo adotou abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, com base em pesquisa bibliográfica e documental. Foram analisados dispositivos da Constituição Federal de 1988, legislações ambientais brasileiras, tratados internacionais sobre mudanças climáticas, além de doutrina jurídica e artigos científicos relacionados à governança climática e responsabilidade estatal. Também foram examinadas decisões judiciais relevantes e relatórios institucionais voltados à implementação de políticas públicas ambientais. O método dedutivo foi utilizado para compreender a aplicação das normas jurídicas no contexto da proteção ambiental e da efetividade das políticas climáticas.

Resultados e Discussão

Os resultados demonstram que, apesar dos avanços normativos no ordenamento jurídico brasileiro, ainda existem desafios significativos relacionados à implementação efetiva das políticas públicas ambientais. Observa-se a necessidade de maior integração entre os entes federativos, fortalecimento das instituições ambientais e aprimoramento dos mecanismos de fiscalização e controle das ações governamentais. Além disso, destaca-se o

VII CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

Emergência Climática e Estado de Direito: Quem Responde Pelo Futuro?



papel do Poder Judiciário, especialmente do Supremo Tribunal Federal, na garantia do cumprimento das obrigações ambientais e na proteção dos direitos fundamentais relacionados ao meio ambiente. A discussão evidencia que a governança climática depende não apenas da existência de normas jurídicas, mas também da efetiva atuação estatal e da participação social.

Conclusão

Conclui-se que a responsabilidade estatal é elemento essencial para a efetividade das políticas públicas ambientais no Brasil, sendo necessário fortalecer a governança climática, aprimorar mecanismos de controle institucional e promover a implementação concreta das normas ambientais, garantindo a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Lei nº 6.938/1981. Política Nacional do Meio Ambiente.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Acordo de Paris sobre mudanças climáticas.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. Direito Ambiental Constitucional.